



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

Rua Padre João Coutinho, 121

CNPJ n.º 18.836.973/0001-20 – Tel.: 0xx313872-5005

35388-000 – SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG


## MENSAGEM 002/2016

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Com os nossos cordiais cumprimentos, submetemos à Egrégia Casa Legislativa Municipal este projeto de lei que *DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E AUXÍLIOS FINANCEIROS, para apreciação e votação nesta casa*

Estamos ao seu inteiro dispor para esclarecimentos adicionais.

Gabinete da Prefeita, 22 de janeiro de 2016.

  
ALCIONE FERREIRA DE ALBUQUERQUE LIMA  
PREFEITA MUNICIPAL

**Recebemos**

03/03/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTÔNIO DO GRAMA  
Projeto de Lei nº 02/2016  
(X) Aprovado ( ) Reprovado  
08 Votos a favor 0 Votos contra  
— abstenção  
Sala das Sessões 01/03/2016  
Presidente   
Vice Presidente   
Secretário 



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

Rua Padre João Coutinho, 121

CNPJ n.º 18.836.973/0001-20 – Tel.: 0xx313872-5005

35388-000 – SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO GRAMA

Projeto de Lei nº 02/2016

Projeto de Lei Nº 02/2016.

(X) Aprovado ( ) Reprovado

08 Votos a favor 0 Votos contra

abstenção  
Sala das Sessões 01/03/2016

Presidente

Vice Presidente

Secretário

Dispõe sobre autorização para concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

Faço saber que a Câmara Municipal de Santo Antônio do Grama decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre autorização para fins do disposto no art. 26 e 62 da Lei Complementar No. 101, de 2000, dispondo, ainda, sobre a regulamentação e autorização de concessão de subvenções sociais, contribuições financeiras para entidades privadas, entes públicos e pessoas físicas carentes para o exercício financeiro de 2016.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder:

I – Subvenções Sociais às seguintes entidades:

NOME DA ENTIDADE	VALOR (EM R\$)
Hospital Nossa Sem. Da Conceição de Rio Casca	65.100,00
Total	65.100,00

II – Contribuições às seguintes entidades:

NOME DA ENTIDADE	VALOR (EM R\$)
Fundo Estadual de Saúde	9.000,00
Associação Mineira dos Municípios – AMM	7.500,00
Vasco Futebol Clube	15.000,00
Amapi	40.000,00
APAE de Santo Antônio do Grama	16.200,00
Consep – Rio Casca	10.000,00
Circuito Turístico Montanha e Fé	7.000,00
Ass. de Apoio ao Menor – AME	32.500,00
Emater-MG	60.000,00
TOTAL	197.200,00

Art. 3º As subvenções sociais, contribuições, autorizados no art. 2º desta Lei serão concedidas na forma e condições estabelecidas pela Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016.

Parágrafo único. Os valores constantes do art. 2º poderão ser alterados mediante acréscimo até o respectivo limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2016 para abertura de créditos adicionais, modalidade suplementar.

Art. 4º Os repasses, a entidades, relativos às subvenções sociais e contribuições autorizadas por esta Lei, observarão ainda:

I – a existência de recursos orçamentários e financeiros;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

Rua Padre João Coutinho, 121  
CNPJ n.º 18.836.973/0001-20 – Tel.: 0xx313872-5005  
35388-000 – SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG

---

- II – aprovação do plano de aplicação ou plano de trabalho;
- III – celebração de Convênio entre o Município e entidade beneficiada;
- IV – Apresentação de Cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/CNPJ;
- V – Apresentação de Certidão Negativa de Débito – conjunta da Receita Federal do Brasil;
- VI – Apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, dentro da validade;
- VII – Apresentação de Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria de Estado da Fazenda (prova de Regularidade junto a Fazenda Estadual), dentro da validade;
- VIII – Apresentação de Certidão Negativa de Débitos trabalhistas, dentro da validade;
- IX – Não possuir débito na prestação de contas de Convênio recebido anteriormente;
- X – Para entidades prestadoras de serviços de saúde, apresentação de Cópias autenticadas do Alvará de Fiscalização e Vigilância Sanitária e do registro do estabelecimento no Conselho Regional de Classe, nos termos do art. 1º da Lei Federal 6.839/80 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, dentro da validade.

Art. 5º As transferências de recursos do Município, consignadas na Lei Orçamentária Anual, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, a União, Estado ou outro Município, fica condicionada a:

- I – existência de dotação específica;
- II – celebração de convênio entre o Município e o ente estatal beneficiado.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder os seguintes auxílios às pessoas físicas:

- I – Auxílio-funeral;
- II – Auxílio moradia;
- III – Auxílio transporte;
- IV – Auxílios de assistência médica, hospitalar e de medicamentos;
- V – Cestas básicas e colchões;
- VI – Materiais de construção para reforma e/ou construção de moradias populares de baixa renda;
- VII – Realização de aterros e/ou desaterros em lotes vagos ou imóveis edificadas, desde que o proprietário apresente licença ambiental;
- VIII – Cadeiras de rodas, próteses para portadores de necessidades especiais;
- IX – Outros auxílios previstos em Lei.

§1º As concessões de que tratam este artigo somente serão concedidas às pessoas físicas mediante laudo da assistência social atestando a necessidade de atendimento do cidadão observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias específicas.

§2º Os auxílios de que tratam este artigo poderão ser concedidos mediante pagamento financeiro diretamente ao beneficiário, ou mediante ao terceiro que irá realizar o benefício ao cidadão ou, ainda, mediante utilização de bens, serviços e equipamentos da Prefeitura Municipal em favor do cidadão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO GRAMA

Rua Padre João Coutinho, 121

CNPJ n.º 18.836.973/0001-20 – Tel.: 0xx313872-5005

35388-000 – SANTO ANTONIO DO GRAMA - MG

---

§3º Para fins de aplicação do disposto no art. 73, §10 da Lei 9.504.97, fica reconhecido e declarado que os auxílios previstos neste artigo, já se encontram em plena vigência e em execução no orçamento do exercício de 2013, conforme expressamente regulado pela lei de subvenções, auxílios e contribuições daquele exercício.

Art. 7º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, na forma estabelecida por esta Lei, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente na forma e prazo estabelecidos em convênio.

Parágrafo único. A prestação de contas, objetiva comprovar o cumprimento das metas e objetivos do plano de aplicação ou plano de trabalho.

Art. 8º Como recursos às despesas autorizadas nesta Lei, utilizar-se-ão dotações do orçamento, inclusive decorrentes de créditos adicionais.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Grama, 22 de janeiro de 2016.

  
Alcione Ferreira de Albuquerque Lima  
Prefeita Municipal